

4

Ata n.º 21 de 16 de outubro de 2020

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO REALIZADA NO DIA DEZASSEIS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE

----- Aos dezasseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte nesta Vila de Torre de Moncorvo e Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, com a presença dos senhores vereadores: Victor Manuel da Silva Moreira, Maria da Piedade Leonardo Teixeira Calheiros e Meneses, Maria de Lurdes Mano Pontes, Porfírio André Nunes Evangelista, e comigo José Eduardo dos Santos Dixo, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Município, que a secretariou. -----

----- ABERTURA DA REUNIÃO: O Sr. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião eram 09:40 horas, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e distribuída. -----

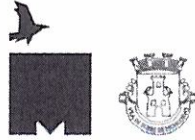
----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

----- No seguimento do deliberado na reunião anterior, esteve presente a Eng.ª Viviana Teixeira em representação da AdIN, a fim de esclarecer as dúvidas que haviam sido colocadas pelos Senhores Vereadores. -----

----- O Sr. Vereador Porfírio Evangelista referiu que, na última reunião, havia sido proposto que a AdIN prestasse esclarecimentos quanto às manifestações públicas de desagrado dos consumidores relativamente à faturação que é cara e também quanto a alguns problemas nas contagens. -----

----- A Eng.ª Viviana Teixeira esclareceu o Senhor Vereador Porfírio Evangelista que as redes sociais não são o meio próprio para apresentar reclamações quanto aos serviços que a empresa presta e que as pessoas que não têm acesso a este meio pedem ajuda aos Presidentes de Junta e estes fazem chegar a informação à

Handwritten initials in black and blue ink.



Ata n.º 21 de 16 de outubro de 2020

empresa. Ainda assim, tem estado atenta a essas manifestações e tem procurado analisar o histórico de cada cliente de forma a regularizar todas as situações. -----

----- A Sra. Vereadora Maria de Lurdes Mano Pontes referiu que, de acordo com o que se tinha deliberado, tinha ficado a sugestão de se esclarecer a população nas freguesias. Referiu, também, que recebeu uma fatura elevada e que estas situações carecem de ser apreciadas. -----

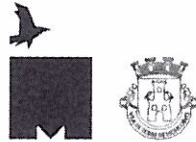
----- A Eng.<sup>a</sup> Viviana Teixeira referiu que a maior parte das queixas tem a ver com estimativas baixas no mês em que não houve leituras e que resultam de uma fatura mais alta no mês seguinte, esclarecendo que, de uma forma geral, as pessoas estão a pagar igual ou menos do que na altura em que pagavam ao município. Referiu que existem efetivamente leituras mais elevadas, mas que se devem ao também elevado consumo. -----

----- Esclareceu que houve uma situação que foi vista com particular atenção, de um cliente cujo contrato foi efetuado em janeiro e, nessa altura, ainda não tinham sistema em Torre de Moncorvo (só na sede) tendo o processo transitado para Vila Real e que, muito provavelmente, demorou a efetivar no sistema (situação essa que ainda está a ser averiguada) tendo-lhe sido faturada uma tarifa fixa referente aos 240 dias desde a data em que fez o contrato e a data em que o contrato foi efetivado, essa situação será retificada, assim como todas as situações semelhantes. -----

----- Afirmou que, neste momento, têm recebido menos reclamações, que vão tendo mais meses para fazer as estimativas e que, ao fim de um ano, já dará uma estimativa mais correta do que a que migrou do Município, que muitas vezes as pessoas faziam comunicações de leituras, que não correspondiam ao que estava registado, daí as estimativas não serem tão fidedignas. Esclareceu que em muitas destas situações os contadores estão colocados dentro de casa, o que dificulta a realização das leituras pela empresa) -----

----- O Sr. Vereador Porfírio Evangelista questionou a Eng.<sup>a</sup> Viviana Teixeira sobre quem tem responsabilidade pela realização das contagens, uma vez que têm ocorrido muitas queixas quanto a erros de leituras. -----

-----A Eng.<sup>a</sup> Viviana Teixeira referiu que a empresa está obrigada fazer a leitura dos contadores duas vezes por ano, desde que tenha acesso ao contador, mas que o objetivo da empresa é efetuar leituras mensais, embora legalmente a empresa não



Handwritten signature and initials in blue ink.

Ata n.º 21 de 16 de outubro de 2020

esteja obrigada a isso. Pretendem fazer as leituras a todos os clientes, desde que os contadores estejam no exterior das habitações. -----

----- Explico que pode, eventualmente, ter acontecido, devido a férias, ausências ou doença do leitor, não ter havido uma leitura num determinado mês, que resulta numa estimativa baixa nesse mês e numa leitura real no mês seguinte, que, sendo verão, será naturalmente mais elevada e, portanto, uma leitura mais alta. -----

----- A Sra. Vereadora Piedade Meneses referiu que concorda com a necessidade de se proceder à realização de alguns esclarecimentos à população porque, sendo uma empresa nova, considera importante que sejam informados os consumidores sobre os procedimentos. -----

----- O Sr. Vice-Presidente questionou como é efetuada a leitura dos contadores no concelho, uma vez que tinha tido conhecimento de uma queixa numa freguesia em que alguns contadores teriam sido lidos e outros não. -----

-----A Eng.<sup>a</sup> Viviana Teixeira esclareceu o Senhor Vice-Presidente relativamente aos leitores se terem recusado a entrar nas habitações dos clientes, quando a situação epidemiológica começou, mas que ultimamente não lhe tinham chegado queixas. Esclarece, também, que uma vez que os leitores não vieram do município, têm tido mais dificuldades nas leituras, visto não conhecerem bem o terreno. Ainda assim, o esforço por parte dos colaboradores é cada vez maior, refletindo-se no aumento das leituras. -----

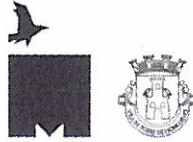
----- Por sugestão da Senhora Vereadora Piedade Meneses, a Eng.<sup>a</sup> Viviana Teixeira, vai solicitar à empresa um esclarecimento à população, contudo aguarda o envio da deliberação por parte da Câmara Municipal. -----

----- O Sr. Presidente agradeceu a presença da Eng.<sup>a</sup> Viviana Teixeira estando certo que o executivo tinha ficado esclarecido quanto às manifestações públicas nas redes sociais que apenas servem para fazer ruído e não esclarecer. -----

-----O Sr. Vereador Porfírio Evangelista alertou que, face à declaração de calamidade pela Resolução do Concelho de Ministros, o Sr. Presidente deveria esclarecer os comerciantes sobre os horários de funcionamento. -----

Agradeceu a entrega da documentação relativa às alterações e modificações orçamentais, referindo que ainda não tinha recebido a informação sobre os funcionários municipais com a licenciatura em Gestão e Administração Pública e

φ.  
A



Ata n.º 21 de 16 de outubro de 2020

Engenharia Civil, sendo-lhe esclarecido que a informação havia sido remetida por email esta semana, mas, como têm ocorrido alguns problemas com o email seria reenviada após a reunião hoje. -----

----- O Sr. Presidente referiu que, na sua opinião, não há necessidade de se efetuar alterações aos horários de abertura e de encerramento dos estabelecimentos uma vez que a situação no concelho se encontra controlada. Caso ocorra um agravamento dessa situação, será imediatamente analisada e serão adotadas as medidas adequadas. Referiu ainda, que, não obstante de haver um novo regime para a situação de calamidade, a própria Resolução refere que se mantêm em vigor os atos praticados ao abrigo da anterior resolução. -----

----- O Sr. Presidente informou que, na próxima semana, irá reunir o Grupo de Acompanhamento de Contingência criado para esta pandemia bem como a reunião que iria ter com representantes da Igreja para se analisar as formas de realização das celebrações religiosas, dando ainda conta da sua preocupação quanto aos cemitérios sobretudo por causa dos próximos dias 1 e 2 de novembro. -----

----- Deu ainda conhecimento que a hasta pública de atribuição de lojas no Mercado Municipal tinha sido suspensa, para dar cumprimento à referida Resolução. -----

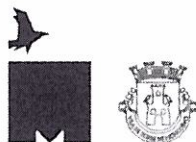
----- A Sra. Vereadora Piedade Meneses referiu que tinha sugerido à Divisão Administrativa e Financeira que preparasse para a próxima reunião uma alteração ao programa de hasta pública para que a mesma seja realizada em carta fechada.-

----- A Sra. Vereadora Maria de Lurdes Pontes disse que tinha uma questão sobre os Resíduos do Nordeste, mas como existia uma proposta do Sr. Presidente sobre o assunto falaria nessa altura. Referiu que tinha lido uma notícia sobre os acessos ferroviários na região com Espanha que não seriam contemplados e questionou se não seria possível haver uma posição da Câmara sobre esse assunto. -----

----- Disse ainda ter lido uma notícia sobre o restauro de arte sacra, que referia que no concelho tinham sido 38 obras, questionando se essa notícia era verdadeira. ----

----- Referiu que ainda não tinha recebido os esclarecimentos sobre a questão do Restaurante Jardim. -----

----- Fez referência a uma situação social, que tem levantado algumas preocupações quanto aos atos recorrentes praticados por esse Município. -----



Handwritten mark resembling a stylized 'P' or '1' with a blue flourish below it.

Ata n.º 21 de 16 de outubro de 2020

----- Sobre a central fotovoltaica do Larinho solicitou esclarecimentos sobre a propriedade dos terrenos e se a central será benéfica tanto para a junta como para o concelho. -----

----- Questionou ainda sobre o processo do Caminho da Tritana que havia falado na última reunião e solicitou acesso ao respetivo processo. -----

----- Referiu ter lido uma notícia sobre os cais fluviais do Rio Sabor pretendendo saber se os terrenos já foram totalmente adquiridos e em que zona é que se localizam estes cais. -----

Perguntou o ponto de situação da atribuição das casas sociais. -----

----- Perguntou se o Pavilhão Gimnodesportivo tem estado a ser utilizado à noite e se têm sido cumpridas todas as regras de desinfeção, uma vez que o mesmo é usado na manhã seguinte pelos alunos. -----

----- O Sr. Vice-Presidente confirmou a utilização do pavilhão esclarecendo que, de acordo com as informações que dispões, acredita que estará a ser respeitado o Plano de Contingência e as orientações da Direção-Geral da Saúde. Referiu que iria questionar os serviços sobre a forma como está a ser feita a higienização e desinfeção do espaço. -----

----- A Sra. Vereadora Piedade Meneses esclareceu que o caso social referido pela Sra. Vereadora Maria de Lurdes Pontes, tinha sido ontem debatido na Rede Social, fazendo uma resenha deste caso e do que tem sido feito, bem como do que é possível, ao Município, fazer. -----

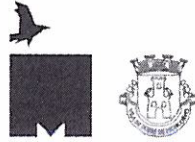
----- Relativamente à entrega das casas esclareceu que iria ocorrer uma reunião na próxima semana com a Segurança Social para resolver esta situação. -----

----- O Sr. Vereador Porfírio Evangelista manifesta preocupação relativamente à situação social referida, alertando que a intervenção deveria ser imediata. -----

----- O Sr. Presidente esclareceu que o Município está vinculado à lei e apenas pode agir quando a Lei o permite e dentro dos limites da mesma. Infelizmente as entidades que têm poderes e que são responsáveis por estas situações – a Segurança Social e a Saúde – não têm atuado como deveriam. -----

----- Referiu ainda que estas situações exigiam um procedimento mais rápido dentro dos limites impostos pela Lei uma vez que são demasiado morosos. Infelizmente, a

φ:  
A



Ata n.º 21 de 16 de outubro de 2020

inação das autoridades competentes força o Município a atuar quando não tem os necessários poderes para o fazer. -----

----- O Sr. Presidente informou que tinha estado presente na Cimeira Ibérica em representação da CIM Douro esclarecendo que não tinha sido falado apenas da ligação ferroviária a Espanha, mas também da Alta Velocidade, referindo que o governo central espanhol não concordava, mas podia informar que o governo regional de Castela-Leão havia manifestado interesse na concretização desta ligação e seria criado um grupo de trabalho. -----

----- Esclareceu que o Centro de Conservação e Restauro tinha colaborado com o Município no restauro de arte sacra. -----

----- Relativamente à central fotovoltaica esclareceu as dúvidas da Sra. Vereadora Maria de Lurdes Mano Pontes, referindo que os terrenos estão todos adquiridos e que os investidores andam em negociações com os restantes proprietários dos terrenos. Deu ainda conhecimento que iria haver mais investimentos nesta área no Concelho com outras centrais fotovoltaicas. -----

----- Em relação aos cais fluviais, esclareceu que não há terrenos privados, visto que já estão descritos no “Plano Estratégico do Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sabor” e que já foram todos desapropriados pela EDP. Futuramente servirão de ancoragem a atividades lúdicas e estão devidamente sinalizados para a APA fazer no ordenamento da Albufeira. -----

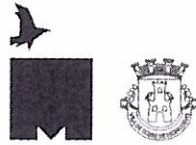
----- Para além dos cais, o Sr. Presidente referiu também que está previsto um estudo de todo o Lago de Cilhades, para ser complementado o “*Plano Estratégico do Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sabor*”, para ter o projeto e as telas finais do “*Sabor Lake Resort*”. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **APROVAÇÃO DE ATAS:** Foi presente para aprovação a ata número 20 da reunião realizada no dia 2 de outubro de 2020, a qual foi previamente distribuída aos membros do Executivo. -----

----- **A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar com as alterações introduzidas.** -----

----- **GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA:** -----



Ata n.º 21 de 16 de outubro de 2020

1  
A

----- GRUPO PARLAMENTAR “OS VERDES” – PERGUNTA AO GOVERNO – ACELERAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A MOBILIDADE ATIVA CICLÁVEL 2020-2030, EM CONTEXTO DE DESCARBONIZAÇÃO DO PAÍS: -----

----- Foi presente e um email datado de 7.10.2020 do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, a dar conhecimento da pergunta dirigida ao Ministério do Ambiente e Ação Climática e ao Ministério da Economia e Transição Digital, relativamente à aceleração da implementação da *Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030*, em contexto de descarbonização do país. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- CARLA SUSANA DA ENCARNAÇÃO MARQUES – UTAD – PARCERIA PROJETO PROMOVE I2 \_ CÔA LAB – UTAD E FUNDAÇÃO CÔA PARQUE: -----

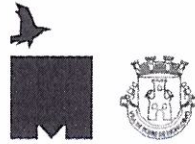
----- Foi presente um email datado de 8.10.2020 da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro a dar conhecimento que a Universidade em conjunto com a Fundação Côa Parque, irão apresentar uma candidatura ao PROMOVE – Projectos-Piloto até 25.10.2020. A designação do projeto é I2\_Côa Lab e o território alvo do projeto é o Vale do Côa (Figueira de Castelo Rodrigo, Meda, Pinhel, V.N. Foz Côa e Torre de Moncorvo). Nesse âmbito gostariam de contar com esta instituição como parceira, solicitando o preenchimento e envio da Carta de Apoio ao respetivo projeto, que anexam. -----

----- **A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e enviar a Carta de Apoio.** -----

----- GABINETE DO PRESIDENTE – PROPOSTA – AUMENTO DA TAXA DE GESTÃO DE RESÍDUOS: -----

----- No âmbito da proposta aprovada em Conselho de Ministros de 17.09.2020, de aumentar a taxa de gestão de resíduos, foi presente uma Proposta datada de 14.10.2020, do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, a propor que seja dado conhecimento da mesma à Assembleia Municipal, para elaboração de uma Moção, a enviar a Sua Excelência o Senhor Primeiro Ministro, apelando que a norma aprovada não seja aplicada, propondo uma moratória no sector, uma vez que se entende que o problema não se resolverá com o aumento da taxa,

Handwritten initials in blue ink, possibly 'JA'.



Ata n.º 21 de 16 de outubro de 2020

duplicando-a, uma vez que tal só trará aumento às despesas das autarquias e uma subida das tarifas de tratamento de resíduos aos Municípios. -----

----- **A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e remeter à Assembleia Municipal.** -----

----- **GABINETE DE APOIO AOS VEREADORES:** -----

----- **VICE-PRESIDENTE:** -----

----- DAF – SERVIÇO DE INFORMÁTICA, COMUNICAÇÃO E MULTIMÉDIA – RELATÓRIO TRIMESTRAL – 3º TRIMESTRE 2020: -----

----- Foi presente o Relatório Trimestral, relativo ao 3º Trimestre de 2020, do Serviço de Informática, Comunicação e Multimédia. -----

----- **A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

----- **VEREADORA PIEDADE MENESES:** -----

----- GABINETE DE APOIO À VERAÇÃO – VENDA DE MATERIAL LENHOSO ATRAVÉS DO PROCEDIMENTO DE NEGOCIAÇÃO DIRETA COM PESSOA DETERMINADA – SERRA DO REBOREDO: -----

----- Foi presente a informação nº 1226/2020 - Executivo, a dar conhecimento do procedimento de negociação direta para venda de material lenhoso da Serra do Reboredo. -----

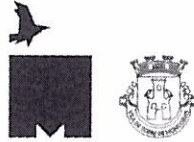
----- **A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

----- DOSUA – OP – SETOR FLORESTAL GTF – REGULAMENTO MUNICIPAL DAS HORTAS COMUNITÁRIAS SUSTENTÁVEIS EM TORRE DE MONCORVO: --

----- Foi presente a informação n.º 1241/2020 – Divisão Técnica a dar conhecimento que durante o período em que o Regulamento Municipal das Hortas Comunitárias Sustentáveis de Torre de Moncorvo esteve em consulta pública, não foi apresentada por parte do público qualquer sugestão/proposta relativa ao regulamento supramencionado. -----

----- **A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, de votos dos membros presentes, no uso da competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprová-lo e submetê-lo à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da referida Lei.** -----





A

Ata n.º 21 de 16 de outubro de 2020

----- DOSUA – OP – DIVISÃO TÉCNICA – TARIFÁRIO DA GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS PARA O ANO 2021: -----

----- Foi presente a informação n.º 1262/2020 – Divisão técnica, que anexou a proposta de tarifário em epígrafe e que qui se dá por transcrita para todos os efeitos legais. -----

----- **A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, de votos dos membros presentes, aprovar a proposta de tarifário para o ano de 2021.** -----

----- GABINETE DE APOIO À VERAÇÃO – PROTOCOLO – PROGRAMA “VACINAÇÃO SNS LOCAL”: -----

----- Foi presente a informação nº 1315/2020 - Executivo, a propor a assinatura de um novo protocolo, para o programa de “*Vacinação SNS Local*” em que estipula a administração das vacinas gratuitas contra a gripe, pelas farmácias do concelho, aos munícipes que se encontram com uma idade igual ou superior a 65 anos, não considerados doentes de risco. -----

----- **A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar.** -----

----- GABINETE DE APOIO À VERAÇÃO – DESCRITIVO PROGRAMA VACINAÇÃO SNS: -----

----- Foi presente a informação nº 1318/2020 - Executivo, a dar conhecimento do descritivo Programa Vacinação SNS do Programa Vacinação SNS Local, da *Dignitude*, para posterior divulgação. -----

----- **A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar.** -----

----- **DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** -----

----- DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1/10 - CONTRATO DE URBANIZAÇÃO DE 29/06/2010 – DINIS ALVES CORDEIRO:

----- Foi presente a informação n.º 1328/2020 – DAF, relativamente ao assunto em epígrafe e, após análise do ofício enviado pelo Sr. Dinis Alves Cordeiro datado de 3.09.2020. -----

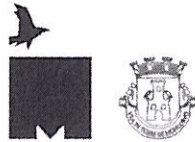
----- **A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

----- **LEGISLAÇÃO:** -----

----- Foi presente a legislação a seguir referida: -----

----- Decreto-Lei n.º 79-A/2020 - Diário da República n.º 192/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-10-01 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS: Estabelece um

p.  
A



Ata n.º 21 de 16 de outubro de 2020

regime excepcional e transitório de reorganização do trabalho e de minimização de riscos de transmissão da infeção da doença COVID-19 no âmbito das relações laborais;-----

----- Decreto-Lei n.º 81/2020 - Diário da República n.º 193/2020, Série I de 2020-10-02 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS: Adequa os instrumentos criados no âmbito da Nova Geração de Políticas de Habitação e a Lei Orgânica do IHRU, I. P., à lei de bases da habitação, no âmbito do Programa de Estabilização Económica e Social;-----

----- Decreto-Lei n.º 82/2020 - Diário da República n.º 193/2020, Série I de 2020-10-02 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS: Regula a realização do inventário do património imobiliário do Estado com aptidão para uso habitacional e a criação de uma bolsa de imóveis do Estado para habitação, no âmbito do Programa de Estabilização Económica e Social;-----

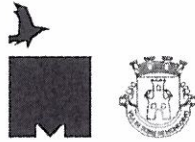
----- Aviso n.º 15365/2020 - Diário da República n.º 193/2020, Série II de 2020-10-02 - Presidência do Conselho de Ministros: Instituto Nacional de Estatística, I. P. - Coeficiente de atualização dos diversos tipos de arrendamento urbano e rural, para vigorar no ano civil de 2021;-----

----- Resolução da Assembleia da República n.º 77/2020 - Diário da República n.º 194/2020, Série I de 2020-10-06 - ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA: Apreciação da aplicação do estado de emergência, declarado pelo Decreto do Presidente da República n.º 17-A/2020, de 2 de abril;-----

----- Resolução da Assembleia da República n.º 78/2020 - Diário da República n.º 195/2020, Série I de 2020-10-07 - ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA: Apreciação da aplicação do estado de emergência, declarado pelo Decreto do Presidente da República n.º 20-A/2020, de 17 de abril;-----

----- Declaração de Retificação n.º 37/2020 - Diário da República n.º 195/2020, Série I de 2020-10-07 - ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA: Declaração de retificação à Lei n.º 53/2020, de 26 de agosto, «Estabelece normas de proteção do consumidor de serviços financeiros, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2010, de 5 de janeiro»;-----

----- Declaração de Retificação n.º 38/2020 - Diário da República n.º 195/2020, Série I de 2020-10-07 - ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA: Declaração de retificação à Lei n.º 57/2020, de 28 de agosto, «Estabelece normas de proteção do consumidor de serviços financeiros, procedendo à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 133/2009, de 2 de junho,



A  
9

Ata n.º 21 de 16 de outubro de 2020

à primeira alteração à Lei n.º 66/2015, de 6 de julho, e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 74-A/2017, de 23 de junho»;

----- Portaria n.º 236/2020 - Diário da República n.º 196/2020, Série I de 2020-10-08 - MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Aprova o Regulamento do Curso de Formação Específico para Ingresso de Trabalhadores na Carreira Especial de Fiscalização;

----- Lei n.º 59/2020 - Diário da República n.º 198/2020, Série I de 2020-10-12 12145132197 - ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA: Autoriza o Governo a aprovar um regime especial aplicável à expropriação e à constituição de servidões administrativas;

----- Declaração de Retificação n.º 39/2020 - Diário da República n.º 198/2020, Série I de 2020-10-12 - ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA: Declaração de retificação à Lei n.º 45/2020, de 20 de agosto, que «Altera o regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda nos contratos de arrendamento não habitacional, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 4-C/2020, de 6 de abril»;

----- Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2020 - Diário da República n.º 199/2020, Série I de 2020-10-13 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS: Aprova a Agenda de Inovação para a Agricultura 2020-2030;

----- Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2020 - Diário da República n.º 200/2020, Série I de 2020-10-14 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS: Define orientações e recomendações relativas à organização do trabalho na Administração Pública no âmbito da pandemia da doença COVID-19;

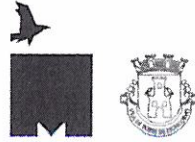
----- Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2020 - Diário da República n.º 200/2020, Série I de 2020-10-14 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS: Define orientações e recomendações relativas à organização e funcionamento dos serviços públicos de atendimento aos cidadãos e empresas no âmbito da pandemia da doença COVID-19;

----- **A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

----- **DIVISÃO DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE – SUB UNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS PÚBLICAS:** -----

----- **DOSUA – OBRAS, FISCALIZAÇÃO E TOPOGRAFIA - CIRCULAÇÃO AUTOMÓVEL NO ACESSO À ZONA ESCOLAR:** -----

φ!  
A



Ata n.º 21 de 16 de outubro de 2020

----- Foi presente a informação n.º 1324/2020 – Divisão Técnica, a dar conhecimento que após as obras de reabilitação dos passeios no acesso à zona escolar, e após conclusões da reunião do Grupo Coordenador do Plano de Contingência do COVID – 19, considera-se conveniente regular o estacionamento e a circulação junto à Escola Secundária Dr. Ramiro Salgado, de acordo com a proposta que se anexa. -----

----- **A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar.** -----

----- DOSUA – OBRAS PÚBLICAS, FISCALIZAÇÃO E TOPOGRAFIA – AETHEL MINING – ARRENDAMENTO DE TERRENO NA ZONA INDUSTRIAL: -----

----- Foi presente a informação nº 858/2020 – Divisão Técnica, a dar conhecimento que a empresa AETHEL MINING solicitou ao Município a cedência em regime de arrendamento de um terreno na Zona Industrial, com 5.000 m<sup>2</sup> ou mais, visto necessitar de criar um entreposto de armazenamento de minério britado perto da exploração, dado que os camiões que retiram minério britado da exploração terem um tipo de rodado para viagens curtas e acidentadas e que em estrada traduzem-se em consumos elevados. Analisada a pretensão, os Serviços informam que o Município possui um terreno na Zona Industrial com 13.995m<sup>2</sup>, com acesso pelo cruzamento da EN 220 com a Estrada de Acesso à Barragem, o que é um facilitador em termos de trânsito, pois tem zona de aceleração e desaceleração e evita o congestionamento na Zona Industrial. -----

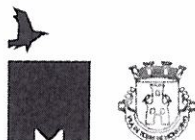
----- **A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar.** -----

----- **DIVISÃO AÇÃO SOCIAL, CULTURA E EDUCAÇÃO:** -----

-----AUXÍLIOS ECONÓMICOS - SUBSÍDIO PARA MATERIAL ESCOLAR: -----

----- Foi presente a informação nº 1242/2020 - DASCE, a dar conhecimento dos pedidos de Auxílios Económicos para os alunos contantes na listagem anexa. Na sequência da informação n.º 1144 de 2020, presente em reunião de câmara de 21.09.2020 e de acordo com o escalão de apoio que cada aluno integra, conforme declarações da Segurança Social apresentadas, a comparticipação para material escolar do escalão A (1) é de 16€, e a comparticipação do escalão B (2) é de 8€, sendo o montante total a suportar pelo Município de 112,00€. -----

----- **A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar.** -----



Handwritten signature and initials in blue ink.

Ata n.º 21 de 16 de outubro de 2020

-----TRANSPORTES ESCOLARES – ISENÇÕES DOS ALUNOS DO ENSINO SECUNDÁRIO – ANO LETIVO 2020/2021: -----

----- Foi presente a informação nº 1283/2020 - DASCE, a dar conhecimento que na sequência da deliberação da reunião de câmara de 07.12.2017, na qual isentou do pagamento do passe escolar, todos os alunos do ensino secundário a partir de janeiro de 2018, à semelhança do ano letivo anterior, informam, caso o Município entenda atribuir a mesma isenção para o ano letivo de 2020/2021, que os encargos previstos se estimam em 10.531,47€. -----

----- **A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar.** -----

----- *A Sra. Vereadora Maria de Lurdes Mano Pontes, ausentou-se da reunião temporariamente, não tendo participado na discussão e votação deste ponto.* -----

----- PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE RENDA DE HABITAÇÃO SOCIAL EM PRESTAÇÕES – LILIANA SOFIA SANTOS POÍNHAS GALAS: -----

----- Foi presente a informação nº 1301/2020 - DASCE, a dar conhecimento que a Munícipe supramencionada, em virtude de encontrar desempregada e numa situação económica vulnerável, solicitou a possibilidade de efetuar o pagamento da dívida da renda em atraso, em 12 prestações no valor de 100,78€/mês, a partir do mês de outubro de 2020. -----

----- **A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, de votos dos membros presentes, aprovar.** -----

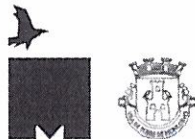
----- *A Sra. Vereadora Maria de Lurdes Mano Pontes, regressou à reunião.* -----

----- PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE RENDA DE HABITAÇÃO SOCIAL EM PRESTAÇÕES – DÂNIA ALEXANDRA DOS SANTOS LOPES CANASTRA: ---

----- Foi presente a informação nº 1302/2020 - DASCE, a dar conhecimento que a Munícipe supramencionada, em virtude de encontrar numa situação económica vulnerável, solicitou a possibilidade de efetuar o pagamento da dívida da renda em atraso em 11 prestações no valor de 66,07€/mês, a partir do mês de outubro de 2020 conforme o acordo em anexo. -----

----- **A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar.** -----

----- PEDIDO DE REFEIÇÕES GRATUITAS (ALMOÇO) NA CANTINA DO CENTRO ESCOLAR PARA O ALUNO QUE FREQUENTA O JARDIM DE INFÂNCIA DE TORRE DE MONCORVO: -----



Ata n.º 21 de 16 de outubro de 2020

----- Foi presente a informação nº 1309/2020 – DASCE, a dar conhecimento que a Encarregada de Educação de um aluno que frequenta o Jardim de Infância de Torre de Moncorvo, veio solicitar a refeição gratuita na cantina do Centro Escolar para o seu educando. Tendo em conta os beneficiários da educação pré-escolar como fator de sucesso educativo e, visto tratar-se de uma criança que integra o escalão B, posicionamento 2, no abono de família, conforme consta na declaração de Segurança Social anexa, o apoio seria de 50% do valor de cada refeição. Caso o Município assim o entenda, o encargo a suportar é de aproximadamente 116,80€ (efeito a partir do mês de outubro, até ao final do ano letivo). -----

----- **A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar.** -----

----- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Câmara deu como encerrada a reunião eram 12h20, e para constar se lavrou a presente ata, composta por 14 páginas, numeradas de 1 a 14, que eu, Eduardo Dixo, redigi e vou assinar, com o Sr. Presidente. -----

O Presidente da Câmara,

O Chefe da Divisão Administrativa e Financeira,